



Areação intempestiva do Banco Central americano refletia o temor de autoridades do governo Bush de que a quebra de algumas instituições financeiras mais diretamente expostas à inadimplência no ramo de crédito imobiliário gerasse um abalo de confiança no próprio sistema bancário e de crédito americano; a intenção era prevenir uma onda de pânico de corrida aos depósitos dos bancos: os constrangimentos de uma economia asfixiada pela ausência de crédito e de liquidez eram um mal pior em comparação ao salvamento de algumas instituições envolvidas em práticas bancárias temerárias e irresponsáveis. O Banco Central dos EUA exerceu seu papel de prestador de última instância.

Durante os momentos mais agudos da convulsão dos mercados financeiros internacionais, as autoridades econômicas do governo Lula deram declarações públicas com ares tão tranquilos que pareciam aquelas pessoas que comentam catástrofes naturais ocorridas a léguas de distâncias em regiões desconhecidas, mal disfarçando sua indiferença com a sorte das infelizes criaturas:

*"Em 2008, não teremos consequência maior dessa turbulência. Até o final deste ano acredito que todos os problemas serão absorvidos. Se houver uma pequena desaceleração na economia mundial, já vimos que vai atingir pouco o Brasil"(...) "No Brasil quase não temos repercussão. E só ver nossos ativos e a bolsa" "É salutar porque diminui a pressão sobre o real. Queremos manter um superávit comercial, mas talvez não precisemos de US\$ 46 bilhões. Esse movimento de adequação é natural com o crescimento maior da economia."*

Arnaldo Galvão, "Para Mantega, pior da turbulência financeira internacional já passou", Valor Econômico, 3 de outubro de 2007.

Os indicadores econômicos do Brasil recentes são tão favoráveis que levam algumas autoridades econômicas do governo Lula e a cúpula do PT a comentarem com certa zombaria e soberba para com os tucanos que as tempestades financeiras internacionais só conseguem provocar hoje no país uma doce brisa outonal.

De fato, vários indicadores econômicos mostram que a economia brasileira desfruta de condições que lhe protegem dos solavancos do mercado mundial: a balança comercial que desde 2001 apresentava pequenos superávits em 2002, último ano do 2º FHC, verificou um modesto saldo superavitário de 13 bilhões de dólares. Em 2006, o superávit comercial alcança a cifra espantosa de 46 bilhões de dólares, puxadas por exportações recordes. As reservas internacionais do Banco Central estavam em 2002 praticamente esgotadas, com um valor ridículo de 13 bilhões de dólares. No final do primeiro semestre deste ano, as reservas internacionais alcançam a cifra histórica de 160 bilhões de dólares. A alta das exportações nos últimos anos foi tão impressionante que o total dos serviços da dívida brasileira junto aos credores externos representava apenas 40% das exportações em 2006: a entrada dos dólares registradas pelas exportações no ano passado foi mais do que suficiente para honrar compromissos do Brasil no exterior. Em 2002, a soma dos pagamentos dos juros da dívida externa representava mais do que o triplo dos dólares registrados pelas exportações e não é casual que o presidente FHC teve que em julho de 2002 fechar novo socorro financeiro junto ao FMI para o Brasil não passar o vexame pior de declarar-se insolvente com o exterior.

Entretanto, o provável aprofundamento da crise americana, com seus reflexos inevitáveis sobre o fluxo de comércio de mercadorias e sobre a movimentação de capitais entre os países pode sim pegar a economia brasileira no contrapé.

A economia brasileira não é completamente imune às tormentas internacionais como cantam em refrão os lulistas mais apaixonados. E dentre as várias frentes desguarnecidas da economia

brasileira cabe destacar justamente a "menina dos olhos" do presidente Lula: a política econômica.

O principal pilar de sustentação da política econômica de Lula é o programa de metas de inflação; Lula deu autoridade para o presidente do Banco Central, Henrique Meireles, perseguir metas de inflação declinantes. O sucesso do Banco Central nessa tarefa depende da confiança do mercado de que as metas de inflação pré-estabelecidas serão cumpridas e que o presidente do Banco Central tem autonomia para tomar decisões e medidas para honrar sua promessa, que é manter a inflação baixa, estável e controlada.

Até 2005, o presidente Lula deu mostras inegáveis de que não cederia às tentações inflacionárias e apoiou com firme convicção a política antiinflacionária do Banco Central. Para isso, Lula se opôs a importantes autoridades de seu próprio governo como o Vice-presidente José de Alencar e blindou Henrique Meireles do fogo amigo de integrantes do PT.

Contudo, uma seqüência de atitudes recentes do presidente Lula coloca dúvidas sobre seu real compromisso com a estabilidade. Essas atitudes passaram despercebidas do grande público mas não dos agentes do mercado financeiro e dos credores da dívida do governo.

Quais atitudes do presidente Lula lançaram dúvidas sobre o seu real compromisso com a inflação baixa e que podem custar caro para o país quando a economia brasileira experimentar os choques de uma crise mundial de grandes proporções?

Em março de 2006 Palocci deixa o Ministério da Fazenda; os credores do governo esperavam que Lula substituísse Palocci por outro ocupante também afinado com a política antiinflacionária de Henrique Meireles, para que o governo desse mostras claras que o presidente do Banco Central continuaria a ter aval incondicional do novo Ministro da Fazenda como teve durante a gestão palocciana.

Ao contrário do esperado, Lula coloca Guido Mantega: um economista não ligado a instituições financeiras, adepto de um modelo de economia com forte presença do Estado e como quadro histórico do PT defensor de velhos dogmas econômicos petistas que pareciam sepultados com a vitória de Lula em 2002: a ascensão de Mantega ao Ministério da Fazenda ressuscitou o temido e odioso fantasma de 1989: o Lula "sapo barbudo" terror do mercado financeiro.

A segunda atitude do presidente Lula pôs mais lenha na fogueira especulativa. Foi um gesto ousado e impertinente do presidente Lula. Os credores do Estado queriam que o governo fixasse uma meta de inflação para 2009 de 4% como alvo, um valor mais baixo em relação a 2007 e 2008 que são de 4.5%. O CMN (órgão do governo formado pelo Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento e presidente do BC) se reuniria no dia 28 de junho deste ano para deliberar a meta de 2009 e estava na maioria dos seus integrantes inclinado a acatar o valor desejado pelos agentes do mercado financeiro. Lula uma semana antes do CMN se reunir diz numa entrevista de ampla repercussão ao "Valor Econômico" que a meta de 2009 continuará igual a de 2007 e 2008, ou seja, 4,5% e que o mercado se desse por satisfeito.

Essa atitude provocou um frisson no mercado porque feriu uma regra de ouro no modelo de sistema de metas de inflação segundo a qual o CMN é autônomo para definir as metas e o Banco Central é autônomo para perseguir as metas. O presidente Lula passou por cima do órgão do seu próprio governo, desautorizou publicamente os seus integrantes e decidiu por ele mesmo a meta de inflação que o BC deve perseguir.

Pode parecer aos mais ingênuos que se tratou de uma mera discussão pedante sobre o valor da meta inflacionária: qual diferença entre perseguir uma meta de 4,5% ou de 4%? Porém, um patamar mais baixo de inflação amarraria o governo à obrigação de cumprir a promessa, sob pena do próprio modelo de política econômica perder credibilidade. Uma meta mais baixa de inflação

reforçaria a credibilidade do governo sinalizando que se manteria firme no seu propósito de defesa da estabilidade. Ademais, inflação cadente beneficia os credores da dívida pública, tal como ocorre com a relação do senhorio com o seu locatário: ao primeiro não apenas interessa receber pontualmente o aluguel devido pelo segundo mas importa sobretudo que o seu montante mantenha ao longo do tempo poder de compra. O Estado é usuário de um montante de dívida de aproximadamente 1 trilhão de reais com diversos prazos de pagamentos; os credores querem receber pontualmente o pagamentos dos serviços da dívida e exigem para financiar novas despesas do Estado e rolar dívidas antigas que o governo mostre firme compromisso de defender o valor real das rendas dos credores. O sistema de metas de inflação tem esse propósito.

Quando Lula definiu um alvo das metas de inflação para 2009 diferente do desejado pelos credores do Estado criou imediatamente a suspeita de que se o presidente fere os preceitos e regras básicas de funcionamento do modelo de metas de inflação quando a conjuntura econômica está ainda favorável para alcançar taxas inflacionárias declinantes o que Lula não poderia fazer quando o cenário se deteriorar?

Esse conjunto de atitudes recentes do presidente Lula põe em dúvida seu efetivo compromisso com a inflação baixa e estável e conseqüentemente pode abalar a confiança do grande capital no governo atual. SE a crise do setor imobiliário se alastrar para os demais setores da economia dos EUA; SE a crise geral americana atingir o comércio e finanças internacionais reduzindo as exportações brasileiras e diminuindo a entrada de investimentos estrangeiros no país. Enfim, se uma onda de pessimismo atingir os mercados e precipitar uma fuga de dólares do Brasil, os credores do Estado irão à desforra contra Lula e levarão em conta essas atitudes impertinentes do presidente da República na hora de comprar novos títulos da dívida do governo e rolar as dívidas antigas, exigindo juros mais altos para compensar os riscos de perdas inflacionárias oriundos de um governo incoerente (promete algo e faz o oposto), inconsistente (nomeia para o Ministério da Fazenda uma pessoa que diverge da política antiinflacionária do presidente do Banco Central) e tolerante com a inflação (visto não ter admitido perseguir um alvo para inflação mais baixo para o futuro quando as condições da economia asseguram essa possibilidade).

**A JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.